



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL MARCUS MARCELO

À Publicação e posteriormente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação.	
Em	05/11/2025
1º Secretário	

Projeto de Lei nº 464 /2025



Institui o treinamento de profissionais da educação para identificar sinais de violência, abuso moral, físico, sexual, exploração sexual de crianças e adolescentes, incluindo os casos ocorridos em ambiente digital, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado do Tocantins, o Programa Permanente de Capacitação de Profissionais da Educação para identificação de Sinais de Violência, Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes, incluindo os casos ocorridos em ambiente digital.

Art. 2º O treinamento deve contemplar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- I – A conceituação de todos os tipos de violência cometida contra crianças e adolescentes, e suas formas;
- II – Os meios de identificação dos sinais de violência praticada contra a criança ou adolescentes, com atenção aos indicadores físicos e comportamentais;
- III – Meios de identificação da violência entre menores decorrente de bullying e problemas de relacionamento, bem como os meios para prevenção e mediação de tais situações;
- IV – Definição e meios de identificação do abuso sexual digital;
- V – Apresentação de sinais identificadores de abuso contra crianças com deficiência;
- VI – Abordagem de aspectos éticos e legais previsto na legislação vigente, como o Estatuto da Criança e Adolescente e o Código Penal;
- VII – Instrução quanto à condução do caso perante a comunidade escolar e autoridades competentes, seguindo os protocolos legais;
- VIII – Orientação quanto à abordagem da criança e do adolescente em casos de suspeita de violência;



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL MARCUS MARCELO**

IX – Discussão de demais temas pertinentes que contribuam para o alcance dos objetivos desta lei.

Art. 3º A capacitação será realizada, preferencialmente, em parceria com:

- I – a Secretaria de Estado de Educação;
- II – a Secretaria de Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social;
- III – o Ministério Público do Estado do Tocantins;
- IV – os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Educação.

Art. 4º O programa deverá integrar os planos anuais de formação continuada dos profissionais da educação, podendo ocorrer na modalidade presencial ou a distância.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de Novembro de 2025.

MARCUS MARCELO
Deputado Estadual



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL MARCUS MARCELO

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade instituir, no âmbito do Estado do Tocantins, o Programa Permanente de Capacitação de Profissionais da Educação para Identificação de Sinais de Violência, Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes, incluindo os casos ocorridos em ambiente digital.

A proposta nasce da constatação de que a escola é um dos espaços mais estratégicos para a detecção precoce de situações de violência e abuso, uma vez que os professores e demais profissionais da educação mantêm contato direto e contínuo com os alunos, sendo, muitas vezes, os primeiros a perceber mudanças de comportamento, sinais físicos ou emocionais de sofrimento.

Entretanto, a ausência de preparo técnico e emocional para reconhecer tais indícios e agir de forma adequada tem levado à subnotificação e à demora na intervenção dos órgãos competentes, perpetuando ciclos de violência que poderiam ser interrompidos com uma atuação mais qualificada e imediata.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) estabelece, em seus artigos 13 e 70-A, que é dever do poder público desenvolver políticas de prevenção e combate a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes, bem como capacitar profissionais que atuam diretamente com esse público.

Além disso, a Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel) reforça a importância de campanhas e medidas preventivas para combater a violência doméstica e familiar, porém, não estabelece a obrigatoriedade de formação continuada dos profissionais da educação — lacuna que este projeto busca suprir no âmbito estadual.

Outro ponto de extrema relevância é o avanço da violência no ambiente digital, incluindo o grooming, o cyberbullying e a exploração sexual online, fenômenos cada vez mais frequentes e que demandam atenção específica dos educadores. O projeto propõe, portanto, que as capacitações também contemplem esse novo contexto, oferecendo ferramentas práticas para identificação, prevenção e encaminhamento adequado desses casos.

A adoção de um programa estadual permanente, articulando a Secretaria de Educação, o Ministério Público, os Conselhos Tutelares e as Secretarias de Assistência Social, representa um avanço significativo na rede de proteção à infância.

Trata-se de uma medida de baixo custo e alto impacto social, que pode ser integrada aos planos anuais de formação continuada da rede pública e também oferecida como incentivo às instituições privadas de ensino.



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL MARCUS MARCELO**

Diante do exposto, esta proposição tem caráter preventivo, educativo e protetivo, que impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente o direito à dignidade e à proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim, a aprovação deste Projeto de Lei contribuirá para salvar vidas, fortalecer a educação e proteger o futuro das nossas crianças e adolescentes.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em 04 de Novembro de 2025.

MARCUS MARCELO
Deputado Estadual

Imprimir



Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento: **Pfa98703c535a7d08e46077fcb291ec27K15351**

Tipo de Proposição: **Projeto de Lei da Casa**

Autor: **MARCUS MARCELO**

Enviada por: **MARCUS MARCELO BARROS ARAÚJO**
(dep.marcus.marcelo)

Descrição: **Institui o treinamento de profissionais da educação para identificar sinais de violência, abuso moral, físico, sexual, exploração sexual de crianças e adolescentes, incluindo os casos ocorridos em ambiente digital, e dá outras providências.**

Data de Envio: **04/11/2025 08:29:28**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

MARCUS MARCELO

